

Seminário

2019

Saúde e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável:
Desafios para uma Década – **Relatório Final**



FICHA TÉCNICA

Portugal. Ministério da Saúde. Direção-Geral da Saúde.
Seminário “Saúde e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: Desafios para uma década”
Relatório Final
Lisboa: Direção-Geral da Saúde, 2020.

EDITOR

Direção-Geral da Saúde
Alameda D. Afonso Henriques, 45 1049-005 Lisboa
Tel.: 218 430 500
Fax: 218 430 530
E-mail: geral@dgs.min-saude.pt
www.dgs.pt

AUTOR

Plano Nacional de Saúde

Diretora-Geral da Saúde

Maria da Graça Freitas

Plano Nacional de Saúde

Diretora Executiva

Maria Fátima Quitério

Coordenação Técnica

Ana Cristina Garcia

Manuela Mendonça Felício

Equipa de Apoio

Carla Andrade

Carlos Matos

Gabriela Soares Machado

Jorge Tavares

Pedro Ferreira

Teresa Galhardo

Relatores

Rita Sá Machado

Sofia Rocha

Lisboa, Setembro, 2020

E-mail de contacto

pns-21-30@dgs.min-saude.pt

A realização do Seminário “Saúde e ODS: desafios para uma década” marcou o início do processo de construção do **Plano Nacional de Saúde 2021-2030**



Índice

Introdução	2
Sessão de abertura	3
<i>Conferência Inaugural: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e Europa</i>	4
Painel I - Saúde e ODS: uma abordagem integrada	
<i>A importância de uma estrutura de integração (Saúde e Bem-Estar) para alcançar os ODS</i>	6
<i>Saúde e ODS: contributo da geografia para a abordagem integrada</i>	8
<i>Alterações Climáticas: das evidências observacionais à modelação climática</i>	10
<i>Entre a estrutura e Agência no debate sobre a saúde e o desenvolvimento sustentável</i>	12
<i>Saúde e objetivos de desenvolvimento sustentável-a questão das desigualdades</i>	13
Painel II - Os objetivos do desenvolvimento sustentável no mundo global	
<i>Saúde global -o que é e para que serve?</i>	15
<i>Os objetivos do desenvolvimento sustentável no mundo global</i>	18
<i>Os Objetivos de desenvolvimento sustentável no mundo global - Aplicação à filantropia</i>	21
<i>Objetivos de desenvolvimento sustentável e o setor privado</i>	22
<i>Planeamento em saúde e saúde sustentável</i>	24
<i>Plano Nacional de Saúde 2021 – 2030</i>	27
Sessão de encerramento	29

Introdução

Realizou-se no passado dia 9 de outubro de 2019, na Fundação Calouste Gulbenkian, em Lisboa, o seminário “Saúde e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: Desafios para uma década”, organizado pela Direção-Geral da Saúde.¹

Em 2021 iniciar-se-á um novo ciclo de Planeamento estratégico em Saúde em Portugal, com o Plano Nacional de Saúde 2021 – 2030, que se alinhará com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Desta forma, pretende-se assegurar uma estrutura para enfrentar os desafios da próxima década que ainda persistem no nosso país, como as alterações demográficas e as migrações, a pobreza, as desigualdades, as iniquidades crescentes e a degradação ambiental.

Sendo a Saúde determinada e determinante do Desenvolvimento Sustentável, torna-se necessário abordar, de forma equilibrada e integrada, os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), para ser possível alcançar o melhor estado de saúde e bem-estar possíveis para a nossa população.

¹ Os powerpoints e o registo em vídeo das apresentações efetuadas poderão ser acedidos neste link: <https://www.dgs.pt/em-destaque/seminario-saude-e-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-desafios-para-uma-decada2.aspx>

Sessão de abertura

A Diretora-Geral da Saúde, Dr.^a Graça Freitas, abriu o seminário referindo que compete à Direção-Geral da Saúde (DGS) a coordenação nos domínios do planeamento estratégico em saúde, bem como a elaboração e execução do Plano Nacional de Saúde (PNS).

O PNS é o referencial da maior importância em Portugal, pelo que se quer que seja um processo coerente, transparente, participado e metodologicamente robusto, cujos objetivos passam por obter ganhos em saúde, objetiváveis e tangíveis, para além de ganhos de bem-estar e de segurança perante todo o sistema de saúde. Contudo, não podem ser chamados a intervir apenas os serviços de saúde; como dito previamente, toda a sociedade, em colaboração intersectorial, deve ser convidada a participar no planeamento em saúde.

E como nos devemos colocar perante o futuro?

Com a **ambição** de que conseguiremos responder aos desafios que são colocados continuamente ao sistema de saúde, desde as expectativas voláteis da população, à rápida evolução do mundo e à tendência de se achar e sentir que *“mais é melhor”*. Teremos de saber dar resposta aos diversos determinantes que influenciam o nosso estado de saúde, como o clima e a degradação ambiental, o *“inverno demográfico”* cada vez mais presente, bem como todas as desigualdades e assimetrias. Portugal é um país pequeno, mas não igual, no qual continuam a coexistir pessoas sem os mesmos direitos.

Com a participação de **parceiros**, de dentro e fora da saúde, pois nenhum objetivo se alcança sem uma efetiva colaboração multi e intersectorial, caminhando todos no mesmo sentido, e tendo em conta todos os factores externos que possam causar entraves ao sucesso das intervenções para melhoria do estado de saúde da população.

É necessário pensar a qualidade da informação à qual temos acesso, retrospectiva e prospectivamente.

É necessário um olhar reflexivo, extenso e profundo sobre o futuro, entre todos, pois nenhum percurso pode ser feito, sem ambos, ambição e parceiros.

É necessário, ainda, integrar os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) com o PNS, nunca esquecendo a ótica de *Saúde em Todas as Políticas*.

A DGS, no papel da sua Diretora-Geral, agradeceu a todos os que aceitaram o desafio de integrar as equipas de apoio e acompanhamento do PNS 2021-2030, desejando a todos um excelente trabalho.

Conferência Inaugural

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E EUROPA (Bettina Menne)

A atual Coordenadora do Desenvolvimento Sustentável e Saúde do Escritório Regional para a Europa da Organização Mundial de Saúde (OMS), Bettina Menne, iniciou a sua comunicação referindo que o desenvolvimento sustentável já não segue o paradigma anterior de ser apenas para países em desenvolvimento, mas sim que é de todos e para todos.

O desenvolvimento sustentável abordado na Agenda 2030, assenta em cinco pilares fundamentais (5 *P's of Sustainable Development*), Pessoas, Planeta, Paz, Prosperidade, Parceria, e em dezassete ODS, integrados e interdependentes, que derivam dos diversos setores da sociedade.

Não é possível atingir saúde sem cooperação intersectorial.

A saúde é central para o desenvolvimento sustentável, estando incluídos, no ODS #3, treze objetivos específicos da saúde; no entanto, nos restantes ODS, podemos encontrar mais de trinta objetivos que concorrem para a melhoria da saúde das nossas populações. Se todos os países forem, efetivamente, convidados a implementar o desenvolvimento sustentável, todos temos a oportunidade de melhorar as estratégias e atividades que têm sido realizadas até agora, podendo alcançar:

- Mais mil milhões de pessoas a beneficiarem de cobertura universal de saúde;
- Mais mil milhões de pessoas com melhor saúde e bem-estar;
- Mais mil milhões de pessoas mais bem protegidas contra emergências de saúde.

Para que o desenvolvimento possa ocorrer, é preciso colocar na agenda quatro atividades principais nas revisões da política de saúde nacional (E4A – *Engage the 4 A's: assess, align, accelerate, account*), e envolver, de forma sistemática, *stakeholders* em todos os sectores, de dentro e fora da saúde, e em todos os níveis, desde os jovens aos políticos:

1. Avaliar: onde estamos?

Duas componentes:

- a) Diagnóstico: qual o índice de desenvolvimento sustentável que o país ocupa neste momento?
- b) Análise: qual o nível de alinhamento das estratégias/planos de saúde com os ODS?

2. Alinhar: onde queremos estar em 2030?

Promover a harmonização de políticas e processos, dentro e entre setores.

3. Acelerar: como podemos acelerar o progresso?

Identificar/desenvolver políticas e/ou programas que possam, de forma catalítica, desencadear efeitos positivos multiplicativos, através dos ODS e respetivas metas.

4. Considerar: como podemos medir o progresso da melhor forma?

Através de processos formais (contratos sociais com a saúde) e informais (colaboração com a Academia).

A implementação do roteiro dos ODS deve reforçar a atenção ao ciclo de vida, a co-benefícios pouco explorados, bem como a aspetos legais, comportamentais, entre outros.

Painel I - Saúde e ODS: uma abordagem integrada

A IMPORTÂNCIA DE UMA ESTRUTURA DE INTEGRAÇÃO (SAÚDE E BEM-ESTAR) PARA ALCANÇAR OS ODS (Ana Raquel Nunes)

A investigadora sénior e docente na Escola Médica da Universidade de Warwick, Ana Raquel Nunes, iniciou a sua apresentação reforçando a importância de uma estrutura de integração (saúde e bem-estar) para alcançar os ODS.

Tal como referido previamente, alcançar os ODS implica esforços a todos os níveis, do nacional ao local, e intersectoriais; o desafio passa por tentar perceber como é que o ODS #3 pode ser implementado e como é que se pode alcançar uma abordagem integrada.

Saúde e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável			
Uma abordagem integrada			
Problema de saúde	ODS	Objetivos propostos (ações intersectoriais)	Exemplos de indicadores
Road traffic accidents	1.1; 1.2; 1.3; 1.4; 3.5 (3.5.1; 3.5.2); 3.6 (3.6.1); 3.8 (3.8.1; 3.8.2); 11.2 (11.2.1); 11.6	To improve access to social protection and health systems and services To promote reductions in alcohol intake To improve the efficiency of public transport To promote safe walking, cycling, use of public transport To improve urban planning and road safety (eg, use of helmets, use of seat belts, speed limits, bicycle lanes, pavements)	Proportion of population who have access to social protection and health services—for example, time/kilometres from home and social support for travel/access Reduce the intake of alcohol and related deaths by x% Proportion of population travelling by public transport, cycling and walking, by kilometres/number of journeys Number of road traffic accidents, injuries and deaths by age group Mortality and morbidity attributed to road traffic accidents

Fonte: Nunes et al., 2016

A identificação das diversas sinergias permite identificar interdependências, estratégias e medidas, para dar resposta a diferentes problemas de saúde da população, utilizando ações intersectoriais. A OMS, agência de ligação entre o ODS #3 e os restantes, bem como agência com competência técnica para a implementação e monitorização do progresso em direção ao desenvolvimento sustentável, necessita de alinhamento de todos os setores da sociedade com os ODS, de forma a serem alcançadas as suas metas.

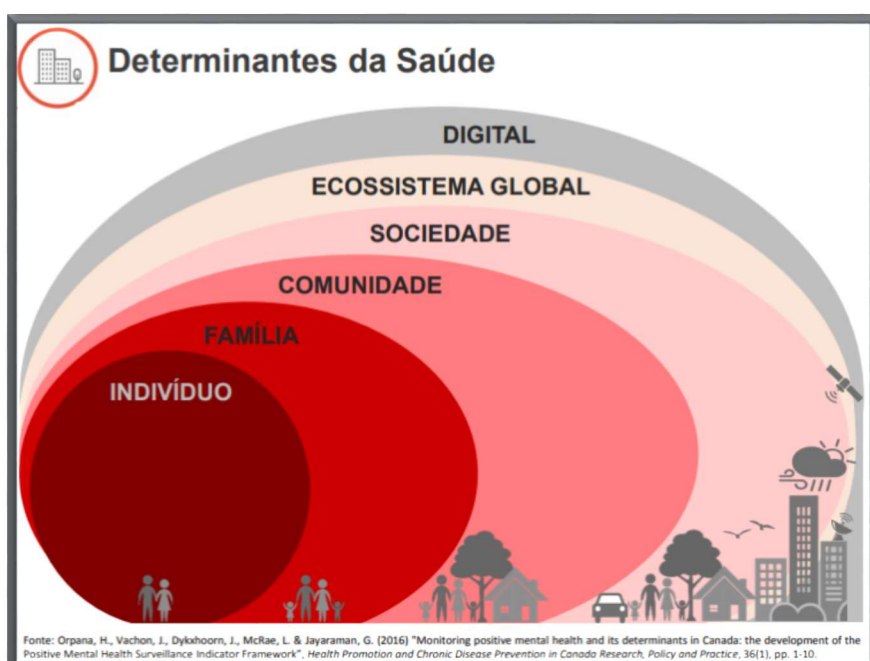
A investigadora concluiu, recomendando:

- O desenvolvimento, implementação e monitorização de um modelo integrado dos ODS;
- O uso de uma abordagem da *Saúde em todas as políticas*;
- A inclusão e participação efetivas dos sectores de dentro e fora da saúde.

SAÚDE E ODS: CONTRIBUTO DA GEOGRAFIA PARA A ABORDAGEM INTEGRADA (Paula Santana)

A segunda sessão do primeiro painel incidiu, principalmente, nas desigualdades geográficas em saúde. A Professora Doutora Paula Santana, doutorada em Geografia e Professora Catedrática do Departamento de Geografia e Turismo da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, iniciou a sua apresentação dando destaque à necessidade de pensarmos, em sociedade, na equidade – as causas territoriais de iniquidades desaparecem quando são levantadas as barreiras.

As desigualdades territoriais existem em cada país – grupos de regiões, cidades, ou de territórios mais ou menos fragilizados, onde vivem pessoas influenciadas, diariamente, pelo território onde vivem. É fulcral perceber estas desigualdades e como podem ser analisadas.



- **Comunidade**

É necessário perceber se as comunidades, nos seus aspetos físicos, proporcionam ambientes onde há capacidade para o desenvolvimento pessoal, e nos quais sejam promovidos estilos de vida saudáveis. As fontes de poluição do ar e do ruído têm impacto no bem-estar dos indivíduos; a exposição crescente implica deterioração crescente da saúde.

- **Sociedade**

Os fatores sociais, culturais e políticos têm influência na saúde e bem-estar dos indivíduos nas diferentes fases do ciclo de vida. Processos de gentrificação, o *stress*, discriminação e estigma têm potencial para impacto negativo nos indivíduos, mas também nas comunidades.

- **Ecossistema global**

As alterações climáticas, apesar do impacto que têm em todos os indivíduos, comunidades e locais, acabam por afetar mais aqueles que vivem em situações de fragilidade e exclusão.

- **Digital**

A era pela qual o mundo está a atravessar neste momento tem vantagens e desvantagens; os desafios a encarar irão estar dependentes do território que esteja a ser analisado.

A utilização da geografia permite-nos analisar as componentes de “tempo” e de “espaço”; o nível de desagregação que utilizamos influencia a análise de determinantes e de resultados de saúde e, conseqüentemente, a elaboração de políticas e intervenções.

Para mudar a história toda, temos de ter uma mudança de paradigma.

A Agenda 2030 abre a oportunidade para esta mudança, favorecendo e fomentando a articulação intersectorial, interinstitucional e transdisciplinar, para levar a saúde a todas as casas.

O estudo europeu Euro-Healthy auxilia a priorização de políticas públicas com maior potencial para promover a equidade em saúde. O Índice de Saúde da População, permite avaliar a saúde da população, em diferentes territórios; multidimensional e transdisciplinar, permite comparações em todo o espaço europeu, podendo servir de base de evidência para apoiar a decisão política e intersectorial. A construção baseou-se em duas componentes (determinantes e resultados em saúde), dez áreas de preocupação, dezassete dimensões e trinta e nove indicadores. Existe um grande alinhamento das dimensões deste índice com os ODS, contribuindo para a monitorização do desenvolvimento sustentável na região europeia.

ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS: DAS EVIDÊNCIAS OBSERVACIONAIS À MODELAÇÃO CLIMÁTICA (Pedro Matos Soares)

O Investigador Principal no Instituto Dom Luiz e Professor Convidado no Departamento de Engenharia Geográfica, Geofísica e Energia (Universidade de Lisboa), Pedro Matos Soares, iniciou a sua sessão por dizer que as alterações climáticas são multiescala, tanto na sua origem, como nos seus potenciais efeitos. A atividade antropogénica (gases de estufa) tem colocado o planeta fora da variabilidade climática esperada, resultando, atualmente, num período de aquecimento sem precedentes.

Este processo de aquecimento terrestre, apesar de acelerado, é heterogéneo, sendo possível verificar diferentes velocidades em diferentes territórios, com repercussão nos tipos de clima a que cada zona conhecia até à data. Os eventos extremos obrigam ao deslocamento de massas de populações; só em 2015, deslocaram-se 19,2 milhões de pessoas por catástrofes decorrentes de alterações climáticas.

As alterações climáticas são um dos maiores desafios que a humanidade enfrenta, e Portugal é das áreas do mundo consideradas mais vulneráveis.

Atualmente são utilizados diferentes modelos climáticos (globais e regionais) para projetar diversas variáveis relacionadas com o clima, desde temperatura (ondas de calor e vagas de frio), precipitação (redução ou aumento), entre outros, com impacto negativo nos diversos processos do sistema terra, na saúde das populações e nos seus modos de vida atuais, principalmente para os grupos populacionais mais vulneráveis.

Modelos regionais (RCM nesting) com algumas previsões para Portugal:

- Temperatura: aumento do valor das temperaturas mínimas;
- Temperaturas extremas: projetadas 6 a 7 ondas de calor/ano, para o interior de Portugal com a duração, em média, de 18 dias, e acima de 20 dias no nordeste;
- Precipitação: Outono com perdas superiores a 20%;
- Riscos de incêndio mais elevados;

- Poluição atmosférica, poluição das águas;
- Fenómenos extremos (associados a tempestades): aumentos grandes, nomeadamente, de 60% na zona sul
- Nível médio do mar: riscos grandes para Aveiro e Lisboa

Impacto das alterações climáticas na saúde: síndromes respiratórias; surtos de doenças transmitidas pela água; dificuldade no transporte de doentes; impacto na habitação; mortalidade; doença mental; doenças por vetores; qualidade do ar; doenças cardiovasculares; alergias.

Impacto das alterações climáticas na segurança alimentar: degradação ambiental, grandes deslocamentos de pessoas e conflitos.

ENTRE A ESTRUTURA E AGÊNCIA NO DEBATE SOBRE A SAÚDE E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (Alexandra Lopes)

A Professora Doutora Alexandra Lopes, professora no Departamento de Sociologia da Universidade do Porto e Coordenadora Científica do Centro de Investigação do Instituto de Sociologia iniciou a sua sessão referindo que a integração de setores sociais, em termos de estratégias, políticas e programas de ação, não representa uma novidade na área da saúde.

O gradiente socioeconómico na distribuição da saúde e da doença tem sido amplamente estudado desde há décadas; as abordagens multidimensionais e multissetoriais integradas são necessárias para obter ganhos em saúde, evidência já do nosso conhecimento há algum tempo. Então, porque é que ainda não conseguimos alterar o paradigma?

Precisamos de perceber o porquê do aparente insucesso sistemático na área dos gradientes sociais e saúde.

Existem duas molduras conceptuais possíveis, quando pretendemos desenvolver intervenções que tenham em vista em eliminar a força de associação entre desvantagem socioeconómica e desvantagem na saúde:

- a) Indivíduo enquanto único responsável pelas suas decisões, ou seja, ênfase na capacidade individual para a ação;
- b) Influência das estruturas sociais na determinação do comportamento individual;

As duas visões concorrem em direções opostas para a definição políticas públicas de saúde, atribuindo responsabilidades e linhas de ação distintas. Contudo, sabemos que o comportamento humano é socialmente localizado, desenvolvendo-se no âmbito das estruturas sociais que o rodeiam, para lá das suas barreiras individuais; logo, não podemos descartar a importância dessas estruturas na mudança de comportamento do indivíduo.

SAÚDE E OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – A QUESTÃO DAS DESIGUALDADES
(Julian Perelman)

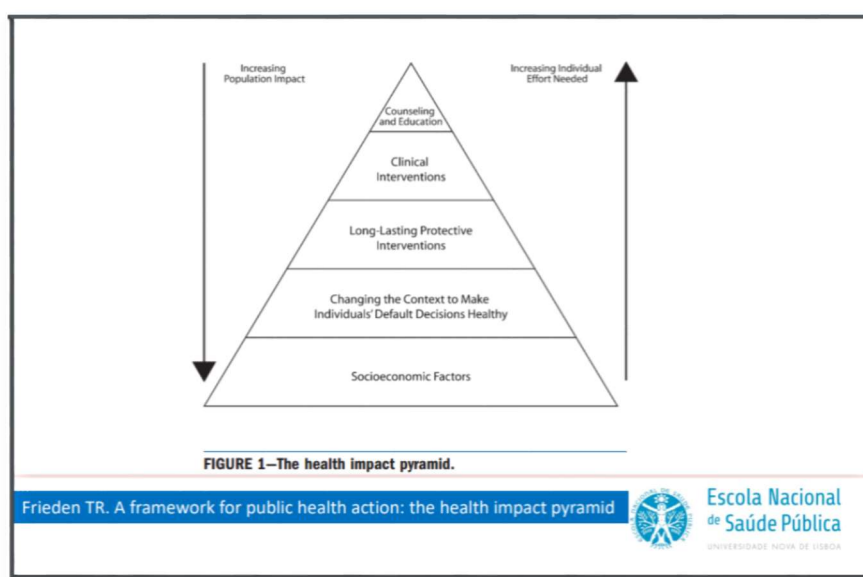
Tendo um Serviço Nacional de Saúde universal e tendencialmente gratuito, como é que ainda persistem desigualdades sociais em saúde?

Esta foi a primeira questão colocada pelo coordenador da Estrutura de Missão para a Sustentabilidade do Programa Orçamental da Saúde, vice-presidente da Comissão de Avaliação de Tecnologias de Saúde, e professor da Escola Nacional de Saúde Pública, Julian Perelman.

As desigualdades sociais traduzem-se, efetivamente, em anos de vida perdidos. O nível de escolaridade influencia, de forma consistente, várias causas de morbimortalidade, assim como o emprego e o rendimento.

Anos de vida com qualidade, livres de doença, são superiores em indivíduos com maiores rendimentos.

Alcançar a equidade na saúde é um desafio; a justiça social implica igualdade de oportunidades, reconhecer a saúde como direito humano fundamental, que o desenvolvimento, em todos os setores, seja sustentável e haja coesão social. O contexto onde nascemos, crescemos, vivemos e trabalhamos tem repercussão na nossa saúde, seja ambiental, político ou social – desigualdades neste contexto resultam em desigualdades na saúde.



As políticas mais efetivas na redução das desigualdades em saúde são as que se localizam na base da pirâmide do impacto na saúde, que incidem sobre os fatores socioeconômicos, afetando o contexto de forma global. As políticas mais macro, tais como as relacionadas com a redução do sal, taxação de bebidas açucaradas e desnormalização do tabagismo são, também, mais custo-efetivas do que qualquer intervenção individual.

Existe um problema de alocação de recursos, e não apenas um problema de saúde.

Painel II - OS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO MUNDO GLOBAL

SAÚDE GLOBAL – O QUE É E PARA QUE SERVE? (Isabel Craveiro)

Isabel Craveiro, investigadora e docente na Unidade de Saúde Pública e Bioestatística do Instituto de Higiene e Medicina Tropical da Universidade Nova de Lisboa, iniciou a sua apresentação referindo diversas questões e desafios associados à saúde global.

Quando consideramos a Carga Global de doença, temos de ter em conta questões relacionadas com as variações geográficas, as morbidades e mortalidades evitáveis, geradoras de iniquidades. O aumento da carga associada às doenças não transmissíveis também se coloca, neste momento, como um problema associado à saúde global.

Atualmente enfrentamos, também, novas ameaças, nomeadamente a resistência bacteriana, a recusa vacinal e as doenças (re)emergentes.

Quando falamos de saúde global não podemos esquecer, ainda, as questões relacionadas com os seus determinantes, tendo sido dados como exemplos os determinantes sociais, o ambiente económico, as condições de trabalho, o papel da indústria da alimentação, o tabaco e, ainda, a reciclagem.

O conceito de saúde global engloba questões de saúde que transcendem fronteiras e governos nacionais, exigindo ações das forças globais que determinam a saúde das pessoas. É, também, área de estudo, pesquisa e prática, para melhorar a saúde e promover a equidade na saúde.

Temos de olhar a saúde, também, como um *bem público, não rival e não excludente*, e como um *bem público global* – abrangendo mais do que um grupo de países, cujos benefícios atingem um largo espectro da população global, e atendendo às necessidades das gerações presentes, sem comprometer as gerações futuras.

Existem diversas entidades que podem produzir os bens públicos, desde o mercado, a coletividade ou o Estado, mas nenhuma é isenta de consequências, pelo que temos de ter estes pormenores em conta quando planeamos para o desenvolvimento, e um futuro,

sustentáveis. Para além de quem produz, temos de saber quem pagará os bens públicos, já que os recursos são escassos e finitos.

Para resolver problemas de ordem global, temos de mudar a alocação de recursos, nunca esquecendo a sustentabilidade.

As desigualdades foram crescendo localmente, nos países, mas também a nível global, sendo urgente agir para melhorar as desigualdades e o impacto que elas têm na saúde e nas populações.

Serão os 17 ODS, 17 formas de mudar o mundo?



No topo da pirâmide dos ODS, temos a paz, um bem público que é necessário preservar, e todos somos chamados a contribuir para o preservar, dado o seu potencial impacto na saúde global. A acompanhar a paz, as parcerias que têm de ser acionadas para atingir o desenvolvimento sustentável, em todos os níveis, desde o local ao internacional.

Para atingirmos a mudança, ao nível da saúde global, é preciso:

1. Liderar e gerir sistemas de saúde;
2. Construir redes de recursos humanos de saúde, em número suficiente, com competências suficientes;
3. Gerar o conhecimento necessário para melhorar a saúde global;

4. Perceber que mecanismos estão a ser utilizados na translação de conhecimento;
5. Melhorar a vida das pessoas com soluções baseadas na evidência;
6. Reduzir as desigualdades de forma sustentável.

Quem duvida da importância das questões globais de saúde ou pensa que as fronteiras nacionais garantirão a segurança contra doenças emergentes, considere que vivemos num tempo em que o período de incubação de todos os patógenos humanos conhecidos é maior que o voo intercontinental mais longo.

OS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO MUNDO GLOBAL (Gonçalo Motta)

A segunda sessão deste painel, pelo Chefe de Divisão dos Assuntos do Mar, Ambiente e Energia, Gonçalo Motta, iniciou-se por resumir os eventos fundamentais ocorridos em 2015 para a formalização da Agenda 2030:

1. 3ª Conferência das Nações Unidas sobre o Financiamento do Desenvolvimento (Adis Abeba), onde foi reiterado o compromisso de canalizar 0,7% do rendimento nacional bruto como ajuda pública ao desenvolvimento até 2030, e a necessidade de criar o ambiente propício (*enabling environment*) ao desenvolvimento sustentável;
2. Cimeira de Chefes de Estado e de Governo das Nações Unidas (Nova Iorque), onde foi adotada a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, integrando 17 ODS e 169 metas.

A Agenda 2030 integra as três dimensões do desenvolvimento sustentável, de forma interligada: económica, social e ambiental.

Esta Agenda diferencia-se, principalmente, no facto de implicar uma conjugação de esforços de uma multiplicidade de atores da sociedade civil, como por exemplo do setor privado, municípios e universidades. De acordo com o palestrante, a importância da Agenda 2030 observa-se mais ao nível local, onde se podem obter os ganhos mais eficazes na sua implementação.

O *High-Level Political Forum* (HLPF) foi criado em 2012 para substituir a Comissão de Desenvolvimento Sustentável (ECOSOC), com o objetivo de trazer um novo dinamismo à forma de implementação da Agenda 2030. Em 2017 iniciam-se os ciclos anuais de revisão dos ODS (HLPF Ciclo ECOSOC); cada ciclo tem, em foco, um determinado conjunto de ODS, incluindo, sempre, o ODS #17. Os Estados e Governos são convidados a apresentar relatórios voluntários nacionais, onde apresentam os respetivos planos, estratégias e medidas para a implementação da Agenda 2030. Ocorrem, também, eventos da sociedade civil, onde é possível obter os *inputs*, por exemplo, de empresas e quais são os seus compromissos de curto, médio e longo prazo perante o desenvolvimento sustentável. Os ciclos ECOSOC têm uma duração de quatro anos, tendo sido concluído o mais recente este ano, culminando na Cimeira dos ODS realizada em setembro, na sede das Nações Unidas.

A Declaração Política adotada após a Cimeira dos ODS inclui mais de 100 ações de aceleração de implementação da Agenda 2030.

Ao nível regional, cabe às Comissões Económicas Regionais das Nações Unidas o acompanhamento da Agenda 2030. O Fórum Regional de Desenvolvimento da UNECE (Comissão Económica das Nações Unidas para a Europa) é o evento anual de referência para o acompanhamento da implementação da Agenda 2030 na região europeia – o último evento ocorreu em março de 2019.

A resposta europeia à Agenda 2030 inclui dois fluxos de trabalho, com vista à integração dos ODS no trabalho diário da Comissão:

- a) A curto prazo: associar os ODS ao quadro político europeu e às prioridades atuais da Comissão, avaliando políticas e identificando as preocupações de sustentabilidade mais relevantes;
- b) A médio-longo prazo: refletir no desenvolvimento crescente do foco das políticas sectoriais após 2020, e reorientar as contribuições do orçamento da União Europeia para a consecução dos objetivos de longo prazo, através do Quadro Financeiro Plurianual pós-2020.

Em Portugal, e após a entrada em vigor da Agenda 2030, o Governo adotou um conjunto de medidas de coordenação interministerial que permitissem:

1. Identificar interlocutores;
2. Atribuir funções e responsabilidades, com a criação de uma grelha de atribuições, na qual cada Ministério coordena um ODS específico, podendo ser auxiliado por outros Ministérios (denominados *contribuintes*);
3. Estabelecer mecanismos de consulta e reporte;
4. Garantir a implementação da nova Agenda para o Desenvolvimento, de forma consistente e integrada, nas dimensões interna e externa.

O Relatório Voluntário Nacional serve como ferramenta de suporte à implementação da Agenda 2030 em Portugal, informando sobre as principais políticas, planos e estratégias

nacional e regionais (nível comunitário) que contribuem para a implementação de cada um dos 17 ODS. Contém, ainda, um capítulo sobre a informação estatística disponível para a implementação desta Agenda.

Após a Cimeira dos ODS, segue-se novo ciclo de revisão no HLPF (ciclo ECOSOC) e prossegue a reforma da Organização das Nações Unidas, alinhada com a Agenda 2030. Já ao nível regional, irá decorrer o novo Fórum da UNECE em março de 2020. Na Europa, será definido o quadro estratégico de implementação e, em Portugal, à luz deste quadro, será realizada a atualização da Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável.

O único ODS a verde em Portugal, em 2018, era o ODS #7 (Energias Renováveis e Acessíveis); existe muito trabalho a desenvolver neste país rumo ao desenvolvimento sustentável na próxima década.

O essencial é incorporarmos os ODS na própria vida e estabelecermos parcerias, seja com o colega de trabalho, com uma instituição, com a comunidade.

OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO MUNDO GLOBAL – APLICAÇÃO À FILANTROPIA (João de Almeida Pedro)

João de Almeida Pedro, gestor sênior de Projetos do Programa Gulbenkian Parcerias para o Desenvolvimento nas áreas da Saúde e STEM (*Science, Technology, Engineering e Mathematics*), iniciou a sua sessão explicitando como se constitui o setor filantrópico; este é constituído por fundações, cujo financiamento é privado, mas a sua aplicação é de interesse público e, logo, com isenção de impostos. Apesar de existir uma preocupação crescente, a prestação de contas (*accountability*) ainda é bastante baixa. Quanto à disponibilidade de dados, é importante salientar que as fundações não têm falta de dados, mas sim, poucas atividades de análise e interpretação dessa grande quantidade de informação.

As fundações são locais, mas com preocupações globais.

Para alcançar os ODS, é necessário reforçar a existência de uma parceria global para a cooperação, para atingirmos um desenvolvimento efetivo; ainda que a responsabilidade máxima para alcançar os ODS seja dos governos, todos são chamados a agir e a auxiliar para alcançarmos o desenvolvimento sustentável.

Existem cinco princípios a ter em conta quando nos referimos ao desenvolvimento sustentável:

1. Definição de prioridades de desenvolvimento;
2. Foco em resultados;
3. Estabelecimento de parcerias inclusivas;
4. Transparência e *accountability*;
5. Não deixar ninguém para trás.

A filantropia compromete-se, globalmente, enquanto parceiro, financiador e criador de estruturas para dados. É imperativo que sejam criadas plataformas, com dados oficiais e não oficiais, e que mostrem em que ODS (um ou vários) está a ser aplicado o dinheiro das fundações, numa ótica de transparência total.

Não será possível alcançar os ODS sem aproximar a humanidade, deixando de separar os diversos países através de categorias como “ricos e pobres” ou “norte e sul”.

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E O SETOR PRIVADO (Mário Parra da Silva)

Presidente do Conselho da Rede Portuguesa Global Compact, Mário Parra da Silva iniciou a sua sessão contextualizando a existência desta rede – esta inclui cerca de 9.500 empresas, e mais de 3.500 instituições, a nível mundial, incluindo universidades, fundações, entre outras.

Em relação ao desenvolvimento sustentável, existem alguns desafios que se impõem:

1. Falta de fundos públicos e incapacidade do Governo em atuar, de forma sustentada, para alcançar os ODS;
2. Independência de atuações e responsabilidades, a cada novo ciclo político.

Considerando estes desafios, bem como a marca indelével que as empresas, incluindo as Organizações Não-Governamentais, deixam nas atividades que desempenham, é preciso aliar setor público e privado no caminho do desenvolvimento sustentável.

Atualmente, e após redefinição da estrutura e dos seus objetivos, as corporações fazem parte de um ecossistema crucial – a economia está completamente integrada. No entanto, considerando o seu funcionamento atual, os Estados estão completamente obsoletos, resistindo à multilateralidade, por ausência de compreensão do impacto que organismos multilaterais podem ter no desenvolvimento; estão resistentes, também, à passagem de poder para estruturas superiores, como as Nações Unidas, mas, dada a realidade que estão a atravessar, os Estados não terão outra alternativa.

A ordem dos ODS não deverá ser alterada; a pobreza é o maior flagelo da Humanidade e é urgente travar o seu crescimento, assim como o da fome.

A pobreza e a fome alicerçam-se uma na outra, potenciando-se.

A saúde, representada no ODS #3, é também dos maiores flagelos – o sucesso nesta área foi de tal ordem, à escala global, que nem sequer acreditamos nele. Contudo, todo o indivíduo quer sempre mais; as doenças só são economicamente suportáveis enquanto não se encontra uma cura, já que, a partir desse ponto, o tratamento tem de ser dado e o Estado tem de o suportar. A saúde tende a desviar-se para equipamentos, respetivos técnicos e medicamentos cada vez mais caros, e o Estado não consegue aguentar esta pressão.

Não há Estado que agente o nível de impostos que é necessário para ir, de forma contínua, ao encontro das necessidades das pessoas. Então, como alterar o paradigma atual?

Em Portugal, todos os indivíduos, quando questionados, dirão que existe o direito à saúde no nosso país; mas, na Constituição da República, o que existe é o direito a *cuidados* de saúde – ninguém explicou às pessoas o conceito de “responsabilidade”, e é urgente que seja explicado, dada a impossibilidade de sustentar uma cultura permanente, e crescente, de prestação de cuidados de saúde.

As empresas, no âmbito do ODS #3 (Saúde e Bem-estar) têm de providenciar ambientes salutogénicos para os seus trabalhadores, transformando o trabalho numa fonte de alegria e saúde, e não o inverso.

Acima de tudo, temos de implementar uma estratégia global, preventiva, de cuidados de saúde.

As doenças não transmissíveis não passam por medidas corretivas, mas sim preventivas; questões relacionadas com a saúde mental e o *burnout* têm de ser, urgentemente, tidas em conta nas empresas e nos locais de trabalho. Neste âmbito, os ODS apelam à criação de um novo tipo de empresa, nas quais as pessoas trabalham, apenas, o tempo que está contratado, permitindo uma verdadeira conciliação entre o tempo de trabalho, vida familiar e vida pessoal. Os trabalhadores devem ter um sentido de *propósito*, um *driver* motivacional, e não apenas trabalhar para obter rendimento. Temos de produzir menos doentes no local de trabalho, mas sim mais gente ativa e útil ao longo da vida.

A pior doença é estar em casa, sem trabalhar, e achar que ninguém nos quer, mesmo que nos paguem um subsídio de refeição.

A médica de Saúde Pública, e elemento da Coordenação Técnica da Estratégia e do Plano Nacional de Saúde, Ana Cristina Garcia, iniciou a sua sessão questionando:

Qual o potencial do planeamento em saúde para o alcance da saúde sustentável?

Qual o potencial do paradigma da sustentabilidade enquanto referencial para o processo de planeamento em saúde?

Existem, atualmente, muitas definições de desenvolvimento sustentável. A definição adotada pela DGS refere que o desenvolvimento (e a saúde) sustentável responde às necessidades do presente, sem comprometer a capacidade das gerações futuras em responder às suas necessidades, numa ótica de equilíbrio entre as dimensões social, económica e ambiental.

Um sistema de saúde sustentável promove a prestação de cuidados de alta qualidade e a melhoria da saúde das populações, sem causar danos ecológicos. Cuidados de saúde sustentáveis oferecem retorno assente nas três dimensões da sustentabilidade; a saúde e o bem-estar sustentáveis integram todos os ODS.

O planeamento de base populacional é centrado nas pessoas, com o objetivo último de melhorar o nível de saúde das populações. Partindo das necessidades de saúde, e consciente da escassez de recursos disponíveis, o planeamento de base populacional é, simultaneamente, processo lógico e sequencial, e instrumento de mudança. No entanto, os processos de planeamento em saúde necessitam de melhoria, principalmente pelo reforço da sustentabilidade em todas as suas etapas.

A saúde e o bem-estar dos indivíduos e das populações são, concomitantemente, ressalto, determinante e facilitador do alcance dos ODS.

A integração dos ODS no planeamento em saúde é, contudo, um processo complexo, colocando alguns desafios, nomeadamente a interligação entre os diversos ODS que devem, de forma consistente, equilibrar as três dimensões do desenvolvimento sustentável.

Existindo, atualmente, muitos modelos de integração dos ODS, os planejadores em saúde devem escolher aquele que será mais adequado à sua realidade e que terá uma maior força no compromisso social dos diversos parceiros.

O desenvolvimento sustentável modifica a nossa forma de olhar os determinantes em saúde e os problemas de saúde.

Os problemas de saúde podem ser, então, categorizados de acordo com um novo modelo conceptual:

1. Problemas de saúde de elevada magnitude, com determinantes críticos que se ligam aos ODS (estilos de vida, serviços de saúde...);
2. Problemas de saúde de baixa magnitude, mas de elevado potencial de risco de ocorrência: a) Sucessos das intervenções de saúde (doenças evitáveis pela vacinação, mortalidade neonatal e materna, entre outros, que também possuem determinantes críticos que se associam aos ODS), e b) Associados a determinantes críticos que fundamentam outros ODS, como por exemplo as alterações climáticas.

Com este modelo, é possível representar todos os ODS no planeamento em saúde, em todos os níveis, do internacional ao local.

Nenhum processo de planeamento em saúde terá sucesso sem incluir todos os potenciais *stakeholders*, pelo que, para a etapa de priorização de problemas e definição de necessidades de saúde, são necessárias abordagens multimetodológicas, de base quantitativa e qualitativa.

A determinação das necessidades de saúde deve focar-se nas desigualdades em saúde.

Posteriormente, é necessário que todos os parceiros envolvidos procurem evidência das estratégias mais efetivas e eficientes, tendo em conta os determinantes e problemas previamente priorizados, estabelecendo um compromisso, sob a forma de contrato social,

explicitando que estaremos todos a trabalhar para todos, para a melhoria de saúde da população.

A participação dos cidadãos e das organizações da sociedade civil deve ser valorizada em parcerias, envolvendo todos aqueles com interesse nos ODS.

A Diretora-Geral da Saúde, Dr.^a Graça Freitas, iniciou esta sessão convidando todos a serem coprodutores na construção do Plano Nacional de Saúde 2021 – 2030. Este Plano assenta em três pressupostos fundamentais:

- a) O valor social da saúde, como objetivo palpável na vida das pessoas;
- b) O papel central da saúde, quer como ponto de partida, quer como ponto de chegada, para a concretização dos ODS;
- c) O planeamento estratégico de base populacional, como instrumento-chave para a concretização do PNS;

A Lei de Bases da Saúde, em particular a Base 4, refere como um dos principais fundamentos das políticas de saúde o PNS, bem como os planos de saúde regionais e locais – é prioritário o investimento na melhoria, planeamento e avaliação da saúde.

Para o PNS 2021 – 2030 foi criado um Conselho Consultivo, bem como uma Comissão de Acompanhamento, multidisciplinar e intersectorial, que participará em todas as etapas do processo de construção o PNS. Igualmente importante é a participação das instituições de saúde, incluindo a participação ativa dos Serviços de Saúde Pública regionais e locais, dada a sua responsabilidade no desenvolvimento de planos de saúde em todo o território nacional.

A construção e implementação de todo o PNS, em todas as suas etapas, assentará num processo amplo e organizado de participação e consulta aos diferentes parceiros, recorrendo a metodologias adequadas. É um processo de mudança, que visa alcançar a melhoria do nível de saúde das populações, com redução de desigualdades e assimetrias; é, também, um instrumento para nos ajudar a fazer as melhores escolhas, a focar no que é importante, a trabalhar em conjunto e a comunicar, de forma estratégica, entre nós, parceiros e com os cidadãos.

Implementar o PNS implica um compromisso político e social, aos diversos níveis, do local ao internacional, de todos para todos.

Com a participação de todos, o PNS 2021 – 2030 será gerador de mudança, sem comprometer as gerações futuras, e sem deixar ninguém para trás.

A saúde em todas as políticas, e todas as políticas na saúde.

SESSÃO DE ENCERRAMENTO

O Secretário de Estado Adjunto e da Saúde, Francisco Ramos, reforçou a necessidade de nos prepararmos todos para os desafios que temos pela frente, de forma contínua, permanente, estudada e cuidada; a existência de planos de saúde, a qualquer um dos níveis, dão a orientação sobre o que fazer e como fazer, para satisfazer a necessidade das pessoas, melhorar a sua saúde e qualidade de vida, contribuindo, simultaneamente, para a sustentabilidade do planeta.

Planear em saúde implica, também, ter em conta a própria organização do Serviço Nacional de Saúde.

Os desafios que nos serão impostos nos próximos anos, como por exemplo a municipalização da saúde, terão de ser liderados pela Saúde Pública, e por todos aqueles que estão habituados, e que têm competência, para pensar a saúde como um todo. Temos de pensar, para o futuro, que tipo de saúde queremos, se fundada numa lógica de “negócio da saúde”, de mercado, ou aproximada à declaração que Portugal incluiu na Constituição da República:

A saúde é um direito das pessoas.



Alameda D. Afonso Henriques, 45

1049-005 Lisboa – Portugal

Tel.: +351 218 430 500

Fax: +351 218 430 530